



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

PROT O C O L O

PROCESSO nº 60039/86 de 12 de junho de 1986

INTERESSADO: Vereador ADEMIR ALBERTO SIGNOR

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: Altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências.

PROJETO-DE-LEI nº 11/86-Leg. de 12 de junho de 1986

COMISSÕES DE: JUSTIÇA E REDAÇÃO - OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

ARQUIVADO EM: _____

Diretor Geral

Lei 1.370



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

Excelentíssimo Senhor
Vereador Engº Luiz Martinelli
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Bento Gonçalves - RS

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, passamos as mãos de Vossa Senhoria, dois (2) Projetos-de-Lei, que se guem em apenso, que alteram artigos e incluem parágrafos e incisos às Lei Municipais de nº 932 de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências, e a de nº 1.184 de 04 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos do transporte coletivo e dá outras providências.

Certos da acolhida que esta merecer por' este egrégio poder,

Subscrevemo-nos,

atenciosamente.

Bento Gonçalves, 12 de junho de 1986.

Vereador ADEMIR ALBERTO SIGONOR

Vereador LIRIO TURRI

Vereador LUIZ MARTINELLI

Vereador JAURI DA S. PEIXOTO

APROVADO
VOTAÇÃO: *Por Nuan.*
100% - Reg. Urgencia
SALA DAS SESSÕES, *19.06.1986*
DATA
[assinatura]
Vereador *[assinatura]*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

PROJETO-DE-LEI Nº 11 DE 12 DE JUNHO DE 1986.

ALTERA ARTIGOS E INCLUE PARÁGRAFOS E INCISOS À LEI MUNICIPAL Nº 932 DE 17 DE SETEMBRO DE 1979, QUE ESTABELECE NORMAS PARA A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL (TÁXIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIDO JOSÉ BERTUOL, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As alterações de Artigos e inclusões de Parágrafos e incisos passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - A exploração dos serviços de automóvel de aluguel, camionetas tipo Kombi ou similares, na área do Município, passa a obedecer as as normas estabelecidas na presente Lei.

§ único - Consideram-se automóveis de aluguel, camionetas tipo Kombi e similares, todo veículo automotor, destinado ao transporte de passageiros mediante preço fixado por taxímetro, pela Prefeitura Municipal, segundo os critérios e normas estabelecidas nesta Lei.

"Art. 2º - Os Táxis poderão ser de duas (2), três (3) ou quatro (4) portas.

§ 3º - Os Táxis dotados de três (3) portas com capacidade de 1.000 Kg transportarão no máximo oito (8) passageiros.

Art. 5º -

§ 2º - O proprietário que transferir a sua licença, somente poderá se habilitar a obtenção de outra decorridos cinco (5) anos, a contar da data de

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

.....

tivação da transferência.

- § 6º - Fica assegurado ao proprietário de táxi devidamente licenciado o direito de substituí-lo em qualquer mês do exercício, por outro veículo de fabricação mais recente, porém o proprietário não poderá adquirir veículo de outro tipo, ou seja, substituir de Kombi para automóvel ou vice-versa, desde que, esteja em perfeito estado de conservação nos termos do § 6º deste artigo e do § 1º do Art. 7º, assegurado ainda, o direito a mesma praça ou ponto de estacionamento.

"Art. 9º -

Inciso IV--Fica estabelecido como norma de atendimento ao usuário, a ordem de precedência dos veículos, ou seja, o táxi a ser utilizado será sempre o que anteceder aos outros, nos pontos ou praças que estiverem lotados, respeitado o inciso III do presente Artigo.

"Art. 25º - Somente poderão ser emplacados como táxi, os veículos das categorias automóvel, camioneta tipo Kombi ou similar. Os carros de outras espécies são considerados lotação e regem-se pela legislação própria de Transporte Coletivo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e seis.

AIDO JOSÉ BERTUOL
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

J U S T I F I C A T I V A

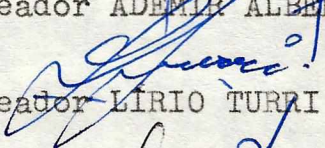
As alterações propostas à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, vindo a beneficiar além dos proprietários de camionetas, tipo Kombi e similares para aquisição destes veículos com desconto proposto pelo Governo Federal dos carros a álcool, como já ocorreu na administração passada e nesta administração e como ocorrem em diversos outros Municípios, beneficiará também os usuários, isto é, os deslocamentos previamente contratados, pois oferecerão maior segurança e comodidade aos passageiros.

Desta forma, estaria o Poder Público Municipal oportunizando a estes pequenos proprietários, a remodelação de de seus veículos oferecendo à nossa comunidade, um transporte à altura do progresso e desenvolvimento de nosso Município.

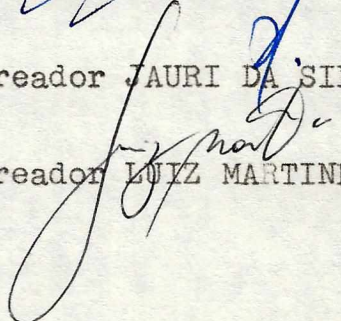
Acreditamos que os Senhores Vereadores, ao analisarem o Projeto ~~empapreço~~ não se furtarão de favoravelmente aprová-lo.

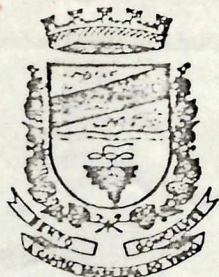
SALA DAS SESSÕES FERNANDO FERRARI, 12 de junho de 1986.


Vereador ADEMIR ALBERTO SIGNOR


Vereador LÍRIO TURRI


Vereador JAURI DA SILVEIRA PEIXOTO


Vereador LUIZ MARTINELLI.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 932, DE 17 DE SETEMBRO DE 1979

ESTABELECE NORMAS PARA A EXPLORAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL (TÁXIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.-

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis), na área do Município, passa a obedecer às normas estabelecidas na presente lei.

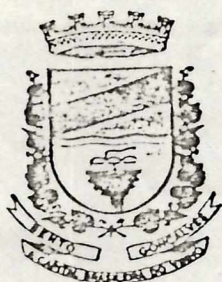
→ Parágrafo Único - Considera-se automóvel de aluguel (táxi), para os efeitos desta lei, todo o veículo automotor, destinado ao transporte individual de passageiros, mediante preço fixado em tarifas, pela Prefeitura Municipal, segundo os critérios e normas estabelecidos nesta lei.

→ Art. 2º - Os táxis poderão ser de duas (2) ou quatro (4) portas.

§ 1º - Os táxis dotados de duas (2) portas e aqueles cuja capacidade de carga não ultrapasse a 500 Kg, transportarão, no máximo, quatro (4) passageiros.

§ 2º - Os táxis dotados de quatro (4) portas, com capacidade superior a 500 Kg, transportarão, no máximo, cinco (5) passageiros.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - O número de táxis em operação, licenciados pelo Município, não poderá exceder a proporção de um (1) veículo para cada mil (1.000) habitantes.

§ 1º - Fica a critério do Prefeito, ouvido o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Bento Gonçalves e o COMTRAN - Conselho Municipal de Trânsito, atendendo às necessidades públicas, a concessão de novas licenças, até atingir o limite estabelecido neste artigo.

§ 2º - Para os efeitos das disposições deste artigo, ficam plenamente resguardados os direitos dos proprietários de táxis, cujas licenças foram concedidas antes da vigência desta Lei.

CAPÍTULO II

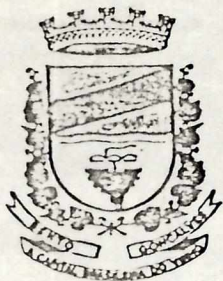
DAS CONCESSÕES DE NOVAS LICENÇAS

Art. 4º - Verificada a necessidade da concessão de novas licenças de táxis, para operação no Município, nos termos do Art. 3º e seu § 1º, ao Prefeito Municipal compete o deferimento, com base nos estudos e levantamentos efetuados pela municipalidade, ouvido o Sindicato da Classe.

§ 1º - O Prefeito Municipal, considerando a estimativa populacional, fornecida pelo IBGE, fará publicar na forma usual, dentro do mês de fevereiro, edital em que serão fixados:

- a) o número de novos licenciamentos de táxis que serão deferidos no exercício, em decorrência do aumento populacional;
- b) a localização das praças ou pontos de estacionamento, com o número respectivo de vagas a serem preenchidas;
- c) os requisitos para o licenciamento;
- d) o prazo para apresentação dos requerimentos de licenças novas, nunca inferior a trinta (30) dias.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - As vagas que se verificarem no decorrer do exercício, por qualquer motivo, serão preenchidas observando-se o disposto neste artigo, podendo o edital ser desde logo publicado, independentemente da época estabelecida no § 1º.

§ 3º - Somente poderão habilitar-se à concessão de novas licenças, nos termos desta Lei, as seguintes categorias de pretendentes:

- a) o condutor autônomo, assim denominado o proprietário de um (1) só táxi;
- b) o motorista profissional, assim denominado o portador de habilitação de categoria profissional, desde que não seja proprietário de nenhum táxi, nem seja sócio de empresa proprietária deste tipo de veículo, e deseje se constituir em condutor autônomo.

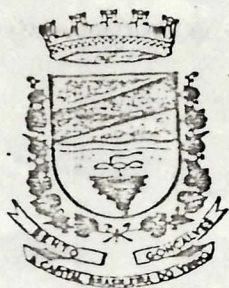
§ 4º - A concessão de novas licenças será feita criteriosamente, através das duas categorias de pretendentes, distribuindo-se o total de vagas existentes nas seguintes proporções:

- a) aos condutores autônomos 40% (quarenta por cento);
- b) aos motoristas profissionais 60% (sessenta por cento).

§ 5º - Para o preenchimento das vagas existentes, respeitando as proporções estabelecidas no parágrafo anterior, a categoria dos motoristas profissionais terá prioridade sobre a dos condutores autônomos, devendo as vagas não preenchidas por uma categoria serem redistribuídas à outra.

§ 6º - Verificando-se número superior de requerimentos de vagas existentes, tanto na categoria dos motoristas profissionais, como na dos condutores autônomos, os licenciamentos serão concedidos, obedecendo, rigorosamente, a seguinte ordem de preferência, dentro de cada categoria respectiva:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

I - ao pretendente que comprovar maior número de a -
nos de efetivo exercício da profissão, como moto
ta de táxi no Município, devendo, em caso de igualdade, a preferência
air sobre o que sofreu ou causou o menor número de acidentes de trân-
o;

II - ao pretendente que comprovar maior número de a -
nos no efetivo exercício na profissão, como moto
sta profissional no Município, devendo, em caso de igualdade, a prefe-
ncia recair sobre aquele que sofreu ou causou o menor número de acid
s de trânsito;

III - ao pretendente que comprovar maior número de a -
nos no efetivo exercício da profissão, como moto
sta profissional, devendo, em caso de igualdade, a preferência recair
re aquele que sofreu ou causou o menor número de acidentes de trânsi-

IV - ao pretendente possuidor de carro melhor consêr-
vado e, dentre estes, o de fabricação mais recen

§ 7º - Os táxis beneficiados com novas licenças não poderão
ter mais de cinco (5) anos de fabricação.

§ 8º - Os proprietários de táxis beneficiados com a conce.
são de novas licenças deverão, dentro de sessenta -
0) dias, no máximo, por em condições de tráfego o veículo licenciado.

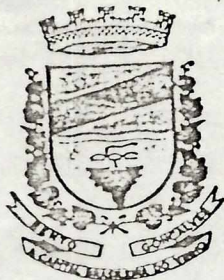
CAPÍTULO III

DAS TRANSFERÊNCIAS DE LICENÇAS

Artt. 5º - A transferência de licença de táxi compete ao Prefei
to Municipal e somente será permitida quando o adqui
nte pertencer a uma das categorias especificadas no § 3º do Art. 4º ,
pridas todas as exigências legais.

§ 11º - A transferência de propriedade "causa mortis" isenta
os herdeiros das exigências previstas no § 3º do ar-
go 4º.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

- § 2º - O proprietário que transferir sua licença somente poderá se habilitar à obtenção de outra decorridos dez anos, a contar da efetivação da transferência.
- § 3º - O beneficiário com a concessão de nova licença para a exploração de táxi, somente poderá transferi-la a cinco (5) anos, em que tenha efetivamente trabalhado com o veículo, de potência de força maior, reconhecido pelo Prefeito Municipal, ouvido o Sindicato da Classe e após sindicância a respeito.
- § 4º - Quem transferir sua licença em desobediência ao disposto nesta lei, terá-a cassada e não concedida ao requerente, além de ficar inabilitado à obtenção de nova concessão pelo prazo de dez (10) anos.
- § 5º - Aos dirigentes do Sindicato da classe que tiverem - que exercer suas funções de forma efetiva, fica autorizada a transferência da concessão a terceiros, até seu retorno. O adquirente da concessão somente poderá explorar os serviços até o retorno do titular, e sua atividade neste período não lhe dá qualquer direito ou prioridade para a obtenção de concessões futuras, salvo quanto à contagem do tempo de serviço, para os fins do Art. 4º e seus parágrafos.
- § 6º - Fica assegurado ao proprietário de táxi, devidamente licenciado, o direito de substituí-lo em qualquer momento do exercício, por outro veículo de fabricação mais recente, desde que esteja em perfeito estado de conservação, nos termos do § 6º deste Regulamento e do § 1º do Art. 7º, assegurado, ainda, o direito à mesma praça de estacionamento.
- § 7º - Para gozar do direito assegurado no parágrafo anterior, a substituição do veículo deverá ser efetivada no prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da data em que o veículo for substituído por retirado de circulação, por baixa espontaneamente requerida, ou por decisão da autoridade competente.
- § 8º - Não serão permitidas transferências de licenças de veículos com mais de dez (10) anos de fabricação.

[Handwritten signature]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV

DAS VISTORIAS DOS VEÍCULOS

Art. 6º - A concessão ou renovação de licença para táxi depende rá do perfeito estado de conservação do veículo, que atestado em vistoria mandada proceder pela autoridade competente do pio.

§ 1º - A vistoria se repetirá periodicamente a cada noventa (90) dias, a fim de serem verificadas suas condições- nicas, elétricas, de chapeação, de pintura e os requisitos básicos de ene, segurança, conforto e estética, reclamados pela natureza do ser- a que se destinam.

§ 2º - As vistorias serão às expensas do proprietário, forne cendo, à oficina, atestado sobre as condições do veí- o, que deverá ser apresentado à autoridade municipal para registro.

§ 3º - O veículo que não satisfizer às normas exigidas na vistoria, necessitando de reparos ou reformas, terá icense suspensa até que seja liberado em nova vistoria.

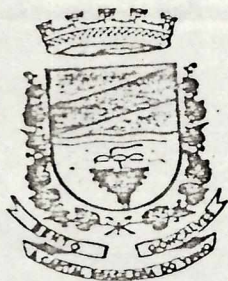
§ 4º - O Município providenciará na retirada de circulação , em caráter definitivo, daqueles táxis que, nos termos ta lei, não tenham mais condições de utilização para os fins a que se tinam, ou não tenham recebido satisfatoriamente os reparos ou reformas gidas nos termos dos parágrafos anteriores.

§ 5º - Os automóveis de aluguel que não forem apresentados à vistoria dentro do prazo legal, terão suspensas suas enças de circulação para o exercício, salvo por motivo de força maior, idamente comprovado, que será julgado pelo Prefeito após sindicância.

§ 6º - Todos os táxis em operação no Município, deverão colo car, em local visível do veículo, o certificado de - storia, fornecido pelo Município, onde constará a data da liberação do ículo e da nova vistoria.

CAPÍTULO V





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

DOS REQUISITOS PARA PROPRIETÁRIOS E MOTORISTAS

Art. 7º - Os proprietários e motoristas de táxi deverão ser cadastrados no Município, onde fornecerão dados pessoais e outros dados relativos ao serviço, exigidos no cadastro.

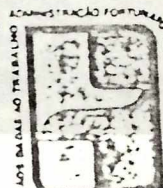
§ 1º - Quando o motorista empregado for demitido ou pedir demissão, deverá o empregador - proprietário do veículo - comunicar o fato ao setor competente, dentro do prazo de cinco (5) dias úteis, a fim de ser atualizado o cadastro, o mesmo devendo ocorrer - caso de admissão de novo motorista.

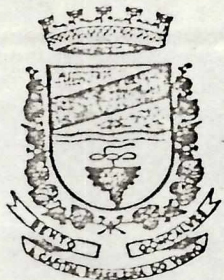
§ 2º - Incluem-se, ainda, entre os requisitos indispensáveis ao proprietário para a concessão de licenciamento de

- a) certificado de propriedade do veículo;
- b) certificado de vistoria do veículo;
- c) atestado de residência do proprietário, comprovando estar domiciliado no Município há, pelo menos, dois (2) anos;
- d) atestado de bons antecedentes e folha corrida policial e judicial, com menos de seis (6) meses, a contar da data em que foram expedidas;
- e) qualidade de sócio do Sindicato da Categoria, provando-o mediante a juntada da Carteira da Entidade Classista, quites com a tesouraria, anexando o último recibo.

§ 3º - Incluem-se entre os requisitos indispensáveis para o exercício da atividade profissional do motorista de

- a) Carteira Nacional de Habilitação, categoria profissional, em vigor;
- b) atestado de bons antecedentes e folha corrida policial e judicial, com menos de seis (6) meses, a contar da data em que foram expedidas;
- c) matrícula do veículo em que pretende trabalhar o motorista;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

- d) Carteira do Ministério do Trabalho e Previdência Social, comprovando que recolhe ao IAPAS, pela categoria própria;
- e) Prova do exercício efetivo da profissão, como motorista profissional;
- f) Atestado de residência do motorista, comprovando estar domiciliado no Município há, pelo menos, dois (2) anos;
- g) Qualidade de sócio do Sindicato da categoria.

§ 4º - Dentro de sessenta (60) dias da publicação desta Lei, todos os motoristas e proprietários de táxis deverão estar inscritos no Sindicato da Classe, sob pena de suspensão das atividades e recolhimento do carro ao depósito do município, até cumprida a formalidade.

CAPÍTULO VI

DAS PRAÇAS E PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 8º - Sempre que necessário o Prefeito Municipal, após ouvido o Sindicato dos Condutores Autônomos de Bento Gonçalves e o CONTRAN, tomará as medidas cabíveis para a fixação, alteração ou supressão de praças ou pontos de estacionamento de táxis, bem como para a distribuição ou redistribuição dos veículos lotados nos mesmos, ficando condicionada a limitação de seu número às exigências dos serviços.

Art. 9º - Na distribuição dos pontos de táxis serão considerados os seguintes fatores:

- I - a limitação do número de táxis;
- II - a boa execução do Plano Diretor do Município, especialmente no que diz respeito às necessidades do sistema geral de transportes e viário;
- III - os resguardos dos direitos adquiridos pelos mais antigos na exploração do serviço de táxis, de maneira a que os novos proprietários comecem - por onde começaram os outros, lotando-se os seus veículos em praças ou pontos novos, localizadas.

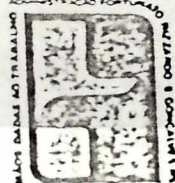


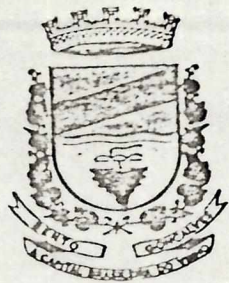


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

zadas em zonas do Município onde o atendimento do serviço de táxi seja considerado insuficiente.

- § 1º - Poderá o Município, atendendo a interesse público, determinar plantões noturnos nos pontos de táxi. Independente desta determinação é obrigatória a fixação, nos pontos de táxi, do nome, endereço e telefone do motorista; que mesmo estando em casa estiver escalado para o atendimento de urgência, fora do horário determinado pela autoridade municipal.
- § 2º - A escala será elaborada pelos integrantes de cada ponto, de forma que a todos caiba equanimemente a responsabilidade pelo plantão, um por dia.
- § 3º - O não atendimento do chamado acarretará ao plantonista, buscado em sua residência, a pena de cassação da concessão.
- § 4º - Fica expressamente proibida a venda ou transferência de praças ou pontos de estacionamento.
- § 5º - Fica proibido a qualquer profissional, lotado em determinada praça da cidade ou interior, atender em outra praça ou ponto, sob pena de cassação da licença.
- § 6º - No caso de venda do veículo, já licenciado na forma desta Lei, se o adquirente for empregado ou proprietário, já em exercício há mais de três (3) anos, será assegurado o ponto ou a praça do veículo adquirido, desde que a necessidade do serviço não exija a supressão daquela vaga.
- § 7º - No caso de reforma ou venda do veículo, visando a substituição do veículo por outro, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do Art. 6º desta Lei, fica assegurada ao licenciado a respectiva praça ou ponto de estacionamento.
- § 8º - Fica vedado ao motorista profissional atender em praça diversa daquela que lhe foi concedida.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

A infração à presente norma importa na cassação da -
cessão.

CAPÍTULO VII

DAS TARIFAS, SUA FIXAÇÃO E REVISÃO

Art. 10 - As tarifas cobradas pelo serviço de táxi, explorado dentro da área do Município, serão fixadas e revisadas por Decreto do Prefeito Municipal, de acordo com as normas gerais estabelecidas nesta Lei.

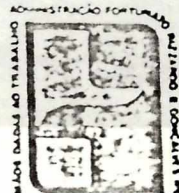
Art. 11 - Anualmente, na primeira quinzena de maio, uma comissão nomeada pelo Prefeito, com a participação de representante do Sindicato da classe, efetuará os estudos técnicos para a revisão das tarifas.

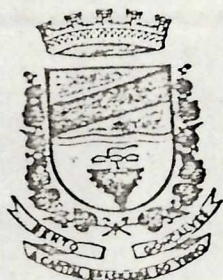
Art. 12 - Para o cálculo das novas tarifas deverão ser considerados, obrigatoriamente, os seguintes fatores:

- I - os custos de operação;
- II - a manutenção do veículo;
- III - a remuneração do condutor;
- IV - a depreciação do veículo;
- V - o justo lucro do capital investido;
- VI - o resguardo da estabilidade financeira do serviço.

Parágrafo Único - São elementos básicos para apuração da incidência dos fatores referidos neste artigo.

- a) o tipo padrão de veículo empregado - assim considerado aquele que integrar, em maior número, a frota de táxis do Município;
- b) a vida útil do veículo - fixado pelas normas técnicas dos fabricantes dos veículos tidos como padrão para os efeitos da letra "a" deste parágrafo;
- c) o número médio de passageiros transportados por veículo diariamente - levantado pelo controle, através de fiscalização



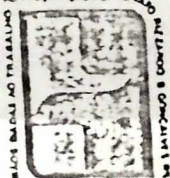


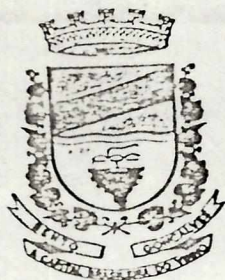
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

- d) o número médio de corridas realizadas por dia - levantado - nos moldes da letra "c";
- e) o capital investido e as diversas despesas - levantados pela observação direta;
- f) a amortização - assim considerado o percentual correspondente à depreciação do veículo em sua vida útil;
- g) a remuneração do capital - calculado sobre o valor atualizado do veículo, descontada a amortização;
- h) as despesas de manutenção - decorrentes de reparos e substituições de peças;
- i) o combustível - considerado em função do veículo padrão adotado;
- j) os lubrificantes, lubrificação, lavagens e pulverização - exigidos nos manuais técnicos dos fabricantes do veículo-padrão;
- k) os pneus e câmaras - considerados os próprios ao veículo-padrão, quanto ao rodado, composição e vida útil e referente ao custo;
- l) o seguro obrigatório do veículo - consideradas as disposições da legislação federal e municipal sobre o assunto;
- m) os impostos e taxas anuais - compreendendo todos os tributos necessários à circulação do veículo;
- n) a remuneração diária do condutor (proprietário ou motorista) - em função da exploração do serviço durante o turno diurno (das 8:00 às 18:00 horas) ou durante o turno da noite (das 18:00 às 8:00 horas).

Art. 13 - Concluídos os estudos, nos termos desta Lei, o Prefeito Municipal, baseando-se no parecer da comissão, na segunda quinzena de maio decretará as novas tarifas para o serviço de táxis, que só vigorarão após dois (2) dias da publicação, devendo a tabela ser afixada em local visível do veículo.

§ 1º - Nos casos de corridas para atender casamentos ou enterros, poderá ser combinado com o usuário o preço do serviço, sempre dentro de limites razoáveis o que será aferido pela autoridade municipal competente.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Verificado abuso por denúncia do usuário, poderá a autoridade municipal determinar multa e, na reincidência, cassar a licença.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 14 - O não cumprimento das obrigações decorrentes de qualquer dispositivo desta Lei, dependendo da gravidade da infração, implica nas seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão da licença;
- IV - cassação da licença;

Parágrafo Único - Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

Art. 15 - A pena de advertência será aplicada:

- I - verbalmente, pelo agente do órgão competente, quando, em face das circunstâncias, entender involuntária e sem gravidade infração punível com multa;
- II - por escrito quando, sendo primário o infrator, decidir o órgão competente transformar em advertência a multa prevista para a infração;

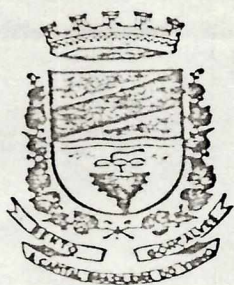
Parágrafo Único - A advertência verbal será, obrigatoriamente, registrada no setor competente do Município.

Art. 16 - As multas serão graduadas segundo a gravidade da infração.

§ 1º - O grau mínimo de multa será de um (1) décimo do salário mínimo regional.

§ 2º - A multa inicial será sempre aplicada no seu grau mínimo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º - Em caso de reincidência da infração, dentro do prazo de um (1) ano, a multa será cobrada em dobro.

§ 4º - Constitui reincidência, para os efeitos do parágrafo anterior, a repetição da mesma infração, pela mesma pessoa, física ou jurídica, se praticada após a lavratura do "auto de infração" anterior e punida por decisão definitiva.

Art. 17 - A competência para aplicação da pena de suspensão e cassação de licença é do Prefeito.

§ 1º - Ao licenciado, punido com suspensão da licença, é facultado encaminhar "Pedido de Reconsideração" à autoridade que o puniu, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da decisão que impôs a penalidade.

§ 2º - A autoridade referida neste artigo, apreciará o "Pedido de Reconsideração", dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

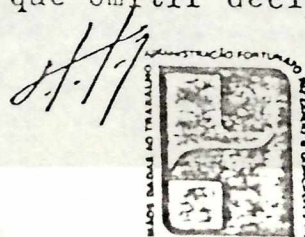
§ 3º - Ao licenciado punido com cassação da licença, é facultado encaminhar "Pedido de Reconsideração" ao Prefeito Municipal, dentro do prazo de trinta (30) dias, , contados da data de notificação da punição.

§ 4º - A autoridade referida neste artigo apreciará o "Pedido de Reconsideração" dentro do prazo de quarenta (40) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

Art. 18 - Todo o motorista ou proprietário de táxi, denunciado por não cumprir as disposições da presente Lei, terá prazo de dez (10) dias, a contar da data da notificação, para apresentar defesa, antes da decisão sobre a penalidade a ser aplicada.

Parágrafo Único - A faculdade prevista neste artigo não impede a retirada do veículo de circulação, quando mesmo não estiver em perfeito estado de conservação, nos termos do art. 7º e seus parágrafos.

Art. 19 - O proprietário ou motorista de táxi que omitir declara





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

ção ou inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita no documento ou cadastro exigidos por esta Lei, nos termos dos Arts. 4º, 5º e 7º e seus parágrafos, além de ficar sujeito às penas previstas no Código Penal, terá cassada a sua licença.

Art. 20 - O Município providenciará, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da vigência desta Lei, para que todos os proprietários e motoristas que estejam exercendo atividades na exploração dos serviços de táxis no Município, sejam devidamente cadastrados, nos termos desta Lei.

Art. 21 - Dentro de sessenta (60) dias, a partir da vigência desta Lei, nenhum veículo integrante da frota de táxis do Município, poderá transitar em via pública, sem estar devidamente vistoriado na forma desta Lei.

Parágrafo Único - O atestado da vistoria deverá ser afixado em local bem visível, no veículo.

Art. 22 - O táxi que não satisfizer os requisitos da vistoria periódica, ou aquele cuja licença for suspensa por qualquer motivo, deverá ser recolhido às oficinas ou ao pátio da Prefeitura, até que seja liberado em nova vistoria ou por decisão do órgão competente, nos termos desta Lei.

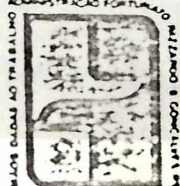
Art. 23 - Aos benefícios previstos nesta Lei, somente poderá se habilitar o pretendente que comprovar estar com suas obrigações tributárias municipais devidamente quitadas.

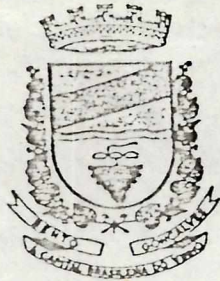
Art. 24 - O condutor de táxi não poderá negar-se a transportar passageiros, sob pena de sanções, salvo nos casos previstos em Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 - Somente poderão ser emplacados como "Táxi" os veículos de categoria "automóvel". Os carros de espécie





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

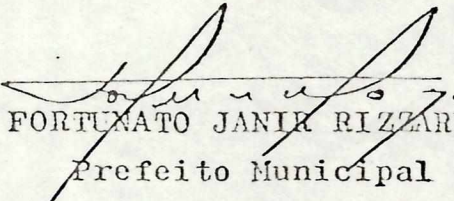
"utilitário", "camionetes" e "furgões" são considerados "lotação" e re-
gem-se pela legislação própria de Transportes Coletivos.

Art. 26 - Nenhum veículo poderá transportar público de um a
outro ponto da cidade, de forma regular, sem e de-
vida concessão da Municipalidade, ou licença especial para ocasiões de
minadas.

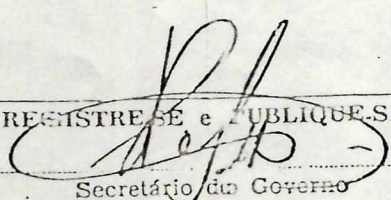
Parágrafo Único - A infração a esta determinação importará -
no recolhimento do carro ao depósito da Mu-
nicipalidade e a aplicação da multa equivalente a um (1) décimo do sa-
lário de referência, dobrada a cada nova infração; o veículo só será
liberado após o pagamento da multa devida.

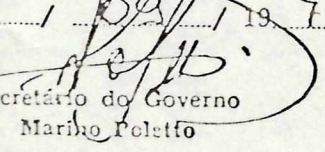
Art. 27 - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1980
revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos dezes-
ete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e nove.

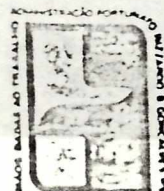

FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE


Secretário do Governo
Marino Peletto

Reg. no Livro de Leis
n.º 932 de 1040
17 / 09 / 1979

Secretário do Governo
Marino Peletto

Processo nº 01241 de 12-3-79



Handwritten signature/initials

PARECER:

A CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, solicita parecer a respeito dos Projetos de Lei nº 11 e 12 de 12 de junho de 1986, que introduzem modificações às Leis Municipais nºs. 932/79 e 1.184/83.

Inicialmente é bom salientar que os dois projetos de Lei, que serão objeto do presente parecer irão ser analisados de forma única, pois tratam de matéria conexa.

O trânsito e o tráfego são daquelas matérias que admitem a "tríplice" regulamentação, isto é, a FEDERAL, ESTADUAL e a MUNICIPAL, no dizer do culto magistrado Hely Lopes Meirelles.

Os meios de circulação e transporte interessam a todo País, razão porque a Constituição da República reservou à União a atribuição privativa de estabelecer o plano nacional de viação (art. 8, XI). Cabe, ainda, a União legislar sobre "tráfego e trânsito nas vias terrestres" (art. 8º XVII, letra "n").

Mas, esta mesma Constituição, neste mesmo art. 8º, parágrafo único, permitiu que os Estados Membros legislassem supletivamente a respeito da matéria, em razão dos aspectos regionais e a circulação intermunicipal em seu território.

Por sua vez, o Município, lhe cabe a ordenação do trânsito urbano, que é de seu peculiar interesse, conforme estatui o art. 15, II, letra "b" da Constituição da República.

Assim, o Decreto nº 62.127, de 16.01.68, modificado pelo Decreto nº 62.926, de 28.06.68 e pelo Decreto nº 82.925 de 21.12.78, que regulamentaram o vigente Código Nacional de Trânsito, a Lei nº 5.108, de 21.09.66, modificada pelo Decreto-Lei nº 237, de 29.02.67, em seu art. 46, III, declarou competir aos Municípios, especialmente: REGULAMENTAR O SERVIÇO DE AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL (TÁXI).

Desta forma, é perfeitamente legal a iniciativa de ambos Projeto de Lei, pois se enquadram no peculiar interesse do Mu

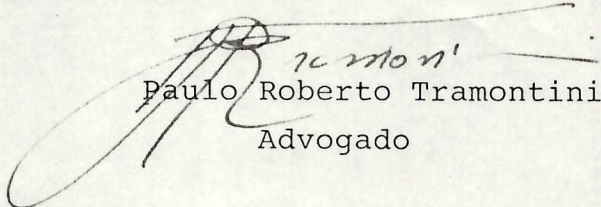
218

nicípio, que é o atributo Constitucional indicativo de sua competência, sendo que, ainda, se enquadra no art. 30 da Lei Orgânica deste Município.

Este é o nosso parecer.

s.m.j.

Bento Gonçalves, 16 de junho de 1986.


Paulo Roberto Tramontini
Advogado

A COMISSÃO

SALA FERNANDO FERRARI - EM

12/06/86

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo Nº : 039 / 86

AUTOR :

ASSUNTO : Altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (taxis) e dá outras providências.

RELATOR : Vereador

Parecer:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Os Vereadores abaixo firmados, membros da Comissão Técnica Permanente de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Vereadores de Bento Gonçalves, após analisar a matéria em apreço de que trata da "alteração de Artigos e inclusão de parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências, considerando o Parecer do Assessor Jurídico desta colenda Câmara Municipal, e considerando a sua Constitucionalidade, Jurisdição, Técnica Legislativa e Boa Redação é de parecer que o mesmo deva ser aprovado.

Sala das Sessões Fernando Ferrari, aos dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e seis.

Vereador Lirio Turri - Presidente

Vereador Paulo Guillamelau - Membro

Vereador Enio Benvenuti - Membro

COMISSÃO *Obras, Serv. Públicos e Atividades Privadas*
SALA FERNANDO FERRARI — EM
12/06/86

FLS N.º: *123*



Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo Nº : 039 / 86

AUTOR :

RELATOR : Vereador

ASSUNTO : ALTERA ARTIGOS E INCLUE PARÁ
GRAFOS E INCISOS À LEI MUNICIPAL Nº -
932, DE 17 DE SETEMBRO DE 1979, QUE -
ESTABELECE NORMAS PARA A EXPLORAÇÃO -
DE SERVIÇOS DE AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL -
(TÁXIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer:

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

Os Vereadores que a esta subscrevem, membros da Comissão Técnica Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, após analisarem os dizeres do Processo nº 039/86, que "Altera Artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração de serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências", tendo em vista - que o mesmo visa especificamente, uma regulamentação mais ampla nos Serviços de Táxis do Município, proporcionando aos - proprietários de veículos-Combi ou similares - adquirirem - direitos identicos aos automóveis táxis, dando também maior - segurança e comodidade aos usuários, e principalmente aos escolares, é de parecer que o mesmo deva ser aprovado.

É o parecer.

Paulo Guillamelau
Vereador PAULO GUILLAMELAU
Presidente da Comissão

Jovino Nolasco de Souza
Vereador JOVINO NOLASCO DE SOUZA
Membro da Comissão

Jose Bertuol
Vereador JOSE BERTUOL
Membro da Comissão

f. 039/86

f. 247

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

Of. 350/86-GP

Bento Gonçalves, 20 de junho de 1986.

Senhor Prefeito:

Ao cumprimentá-lo informamos-lhe que, em Sessão Ordinária realizada na noite de ontem, foram aprovados por unanimidade de votos os seguintes processos de origem executiva:

1. Projeto-de-lei 09/86 (Proc. 00031/86) que "Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel, a abrir crédito especial, a fazer doação ao Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências".
2. Projeto-de-lei 11/86 (Proc. 00038/86) que "Reajusta vencimentos do funcionalismo municipal e dá outras providências".

Também por unanimidade de votos foram aprovados os projetos que a seguir relacionaremos, os quais encaminhamos-lhe cópia, para SANÇÃO:

1. Projeto-de-lei 11/86-Leg. (Proc. 00039/86) que "Altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências".
2. Projeto-de-lei 12/86-Leg. (Proc. 00040/86) que "Alte

...

Exmo. Sr.

AIDO JOSÉ BERTUOL

DD. Prefeito Municipal

Bento Gonçalves - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

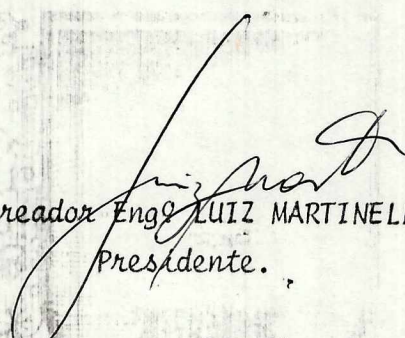
Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

....

ra o Artigo 3º e a alínea "C" do Art. 14º da Lei Municipal nº 1.184, de 04 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos de transporte coletivo e dá outras providências".

Sendo o que tínhamos para o momento, colhemos o ensejo para reiterar protestos de consideração e apreço.


Vereador Engº LUIZ MARTINELLI,
Presidente.

Exmo. Sr.

AIDO JOSÉ BERTUOL

DD. Prefeito Municipal

Bento Gonçalves - RS



CÂMARA DE VEREADORES
DE BENTO GONÇALVES

Receb. em 31 / 07 / 86

[Handwritten signature]
Assinatura

[Handwritten number]
268

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. 285/GAB/86

Bento Gonçalves, 28 de julho de 1986.

Ilustríssimo Senhor:

Valemo-nos deste para informar a Vossa Senhoria que opomos veto total ao Projeto de Lei Legislativo nº 11/86, que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências", aprovado por essa egrêgia Câmara de Vereadores em 19 de junho do corrente ano.

A iniciativa de leis que disponham sobre serviços públicos é de competência exclusiva do Poder Executivo, consoante regra contida no Art. 57, IV da Constituição Federal.

O serviço de automóveis de aluguel (táxis) é um serviço público. O Projeto de Lei nº 11/86 invadiu o campo de competência exclusiva do Executivo, sendo incontestável sua inconstitucionalidade, razão do veto ora oposto.

Não bastasse isso, o projeto de lei em referência é, também, ilegal, pois as alterações propostas viriam favorecer um pequeno grupo, composto por proprietários de

Ilustríssimo Senhor

VEREADOR LUIZ MARTINELLI

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Vereadores de

BENTO GONÇALVES - RS



278

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

camionetas Kombi, dando aos mesmos a oportunidade de adquirir veí-
culos com o benefício de isenções fiscais.

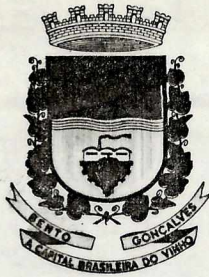
A desigualdade de tratamento em benefi-
cio de um pequeno grupo fere o princípio de igualdade contido no
Art. 153, § 1º da Constituição Federal.

A ilegalidade do projeto de lei em
pauta também se manifesta quando pretende considerar como "táxi"
as "camionetas tipo Kombi e similares", contrariando as normas
contidas no Código Nacional de Trânsito que estabelecem distin-
ção entre automóveis e utilitários (camionetas, furgões e assem-
lhados) e aquelas constantes do Decreto Federal nº 91.367, de
24-6-85 que somente beneficia os veículos considerados "automó-
veis".

Por derradeiro, se o projeto fosse san-
cionado e, conseqüentemente, passasse a imperar as disposições
por ele introduzidas, estariam sendo infringidas, também, as nor-
mas municipais que disciplinam o serviço público de táxi, que é
outorgado por licenças, conforme Lei Municipal nº 932/79, enquan-
to que as Kombis são regidas pela lei de transporte coletivo, que
é explorado mediante permissão.

Se for sancionado o projeto de lei
aprovado pelo legislativo, transformando Kombis em táxi, verifi-
car-se-á outro acúmulo de licenças outorgadas, a exemplo do que
ocorreu no início de 1983, fato lamentável que foi condenado pelo
Poder Judiciário.

Pelas razões expendidas é imperativo
o veto ao Projeto de Lei nº 11/86, de origem legislativa, por



A. 208

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

inconstitucional e ilegal.

Informamos, outrossim, que o referido veto foi publicado no lugar de costume, conforme dispõe o Art. 48, parágrafo 1º, da Lei Orgânica Municipal.

Na oportunidade apresentamos nossos protestos de consideração.

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

Of. 563/86-GP

Bento Gonçalves, 20 de agosto de 1986.

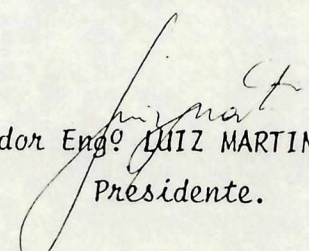
Senhor Prefeito:

Pelo presente, informamos-lhe que foram apreciados, em Sessão Ordinária realizada na noite de ontem, os seguintes vetos apostos por Vossa Excelência:

- Veto Parcial ao Projeto-de-lei 07/86, que "Autoriza o Poder Executivo a executar e cobrar obras públicas que beneficiem áreas de terceiros", no seu Artigo 3º;
- Veto total ao projeto-de-lei 11/86 que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17.09.79" que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências;
- Veto total ao projeto-de-lei 12/86, que "altera o artigo 3º e a alínea C do Artigo 14 da Lei Municipal nº 1184, de 04.01.83, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos de transporte coletivo e dá outras providências".

Esses vetos foram rejeitados por unanimidade de votos. Anexamos cópia dos ofícios 284, 285 e 286/GAB - através dos quais foram-nos comunicados os vetos apostos - contendo a decisão sobera na do Plenário desta Casa Legislativa.

Com protestos de consideração e apreço, firmamo-nos,

Vereador Engº  LUIZ MARTINELLI,
Presidente.

Exmo. Sr.

AIDO JOSÉ BERTUOL

DD. Prefeito Municipal

Bento Gonçalves - RS



CÂMARA DE VEREADORES
DE BENTO GONÇALVES

Recb. em 05/09/86

Assinatura

Cópias p/ Arquivos 028,039,040,
059,060,063/86

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

OF. Nº 356/GAB/86

Bento Gonçalves, 03 de setembro de 1986.

Senhor Presidente:

Em atenção ao seu Ofício Nº 563/86-GP, datado de 20 de agosto p.p., vimos informá-lo que, coerentes com as razões dos vetos opostos aos Projetos de Lei Nº 7, 11 e 12, deixamos de sancioná-los.

sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos a Vossa Senhoria nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

Ilmo Sr.

Vereador Engº LUIZ MARTINELLI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Av. Dr. Casagrande, Nº 270

NESTA CIDADE

PARECER:

A CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, suscita parecer a respeito da forma procedimental e seus prazos, quando ocorrer Vetos á determinados Projetos de Lei, opostos pelo Chefe do Poder Executivo, e, quando o mesmo ratificar suas razões de veto recusando-se a sancionar o Projeto.

O veto, seja total, seja parcial, deve ser manifestado pelo Prefeito, de acordo com o art. 59, § 1º da Constituição Federal, no prazo de quinze dias úteis contados da data do recebimento do Projeto. Esse prazo é fatal. Transcorrido a quinze na, dispõe o § 2º desse mesmo artigo, que o silêncio importará sanção.

A nossa Leio Orgânica do Município, em seu artigo 48 § 1º e § 2º, ratificam o procedimento e os prazos.

Vetado o Projeto, tem o Prefeito que comunicar essas razões, dentro das quarenta e oito horas subseqüentes à quinzena, ao Presidente da Câmara de Vereadores. Nota-se bem que a aposição do veto deve ser manifestada na quinzena. Somente a fundamentação do veto é que pode ser comunicada até quarenta e oito horas depois da quinzena.

Uma vez vetado o Projeto, dentro do prazo legal, o mesmo importará em reapreciação da Câmara de Vereadores. Assim, a comunicação do veto juntamente com as razões, têm por efeito provocar a Câmara ao reexame.

Se a maioria qualificada da Câmara rejeitar o veto oposto ao Projeto, o mesmo, deverá ser remetido ao Prefeito para promulgá-lo em quarenta e oito horas decorridos da comunicação da rejeição do veto, (art. 59, § 5º da Constituição Federal, ratificado pelo art. 48 § 5º da L.O.M.).

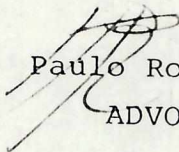
Caso o Projeto de Lei não for promulgado pelo Prefeito, a promulgação competirá, por força do mesmo dispositivo constitucional supramencionado, ao Presidente da Câmara, que terá, também, quarenta e oito horas para fazê-lo findos os quais deverá fazê-lo o Vice-Presidente da Câmara, para adquirir eficácia e entrar em vigência de Lei.

Assim sendo, nos Projetos "in casu", de números 7, 11, 12, como a comunicação da ratificação de veto foi recebida em 05.09.86, o prazo para promulgação do Sr. Presidente da Câmara se esgota no dia 08.09.86.

Este é o nosso parecer.

s.m.j.

Bento Gonçalves, 05 de setembro de 1986.


Paulo Roberto Tramontini
ADVOGADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

LEI MUNICIPAL Nº 1.370, DE 05 DE SETEMBRO DE 1986.

ALTERA ARTIGOS E INCLUI PARÁGRAFOS E INCISOS À
LEI MUNICIPAL Nº 932 DE 17 DE SETEMBRO DE 1979,
QUE ESTABELECE NORMAS PARA A EXPLORAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL (TÁXIS) E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vereador Engº LUIZ MARTINELLI, Presidente da Câmara Municipal
de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a
seguinte Lei:

ART. 1º - As alterações de artigos e inclusões de parágrafos
e incisos passam a vigorar com a seguinte redação:

"ART. 1º - A exploração dos serviços de automóveis de aluguel, camione-
tas tipo Kombi ou similares, na área do Município, passa a
obedecer às normas estabelecidas na presente Lei.

Parágrafo Único - Consideram-se automóveis de aluguel, camionetas tipo
kombi e similares, todo veículo automotor, destinado ao transporte de
passageiros mediante preço fixado por taxímetro, pela Prefeitura Muni-
cipal, segundo os critérios e normas estabelecidos nesta Lei.

ART. 2º - Os táxis poderão ser de duas (02), três (03) ou quatro (04)
portas.

§ 3º - Os táxis dotados de três (03) portas, com capacidade
de 1000 Kg transportarão, no máximo, oito (08) passageiros.

ART. 5º -

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

...

§ 2º - O proprietário que transferir a sua licença somente poderá habilitar-se à obtenção de outra, decorridos cinco (05) anos a contar da efetivação da transferência.

§ 6º - Fica assegurado, ao proprietário de táxi devidamente licenciado, o direito de substituí-lo em qualquer mês do exercício, por outro veículo de fabricação mais recente, porém o proprietário não poderá adquirir veículo de outro tipo, ou seja, substituir de kombi para automóvel ou vice-versa, desde que esteja em perfeito estado de conservação, nos termos do § 6º deste artigo e do § 1º do Artigo 7º, assegurado, ainda, o direito à mesma praça ou ponto de estacionamento.

ART. 9º -

Inciso IV - Fica estabelecido, como norma de atendimento ao usuário, a ordem de precedência dos veículos, ou seja, o táxi a ser utilizado será sempre o que anteceder aos outros, nos pontos ou praças em que estiverem lotados, respeitado o inciso III do presente Artigo.

ART. 25 - Somente poderão ser emplacados como táxi os veículos das categorias automóvel, camioneta tipo kombi ou similar. Os carros de outras espécies são considerados lotação e regem-se pela legislação própria de Transporte Coletivo."

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e seis.

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Reg. no Livro de 1310

N.º 1310 à Fl. 32-6

Em 05/09/86

Vereador Engº LUIZ MARTINELLI
Presidente

1.039/86

358

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

Of. 619/86-GP

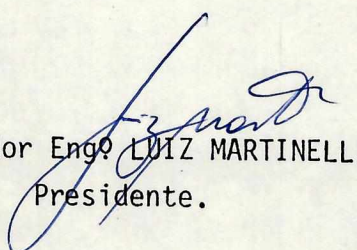
Bento Gonçalves, 08 de setembro de 1986.

Excelentíssimo Sr. Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, através do presente, cópia das Leis Municipais abaixo relacionadas, promulgadas por esta Câmara Municipal em 05 do corrente mês, já publicadas e devidamente registradas.

- Lei Munic. 1369, que "Autoriza o Poder Executivo a executar e cobrar obras públicas que beneficiem áreas de terceiros";
- Lei Munic. 1370, que "Altera Artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932 de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências";
- Lei Munic. 1371, que "Altera o Artigo 3º e a Alínea "C" do Artigo 14º da Lei Municipal nº 1.184, de 04 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos de transporte coletivo e dá outras providências".

Assegurando-lhe a continuidade de nossa estima e apreço, firmamo-nos.


Vereador Engº **LUIZ MARTINELLI**,
Presidente.

Exmo. Sr.

AIDO JOSÉ BERTUOL

DD. Prefeito Municipal

Bento Gonçalves - RS